go 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por recaptura do condenado.

7 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Eduardo Manuel P. Correia Lobo*. — A Oficial de Justiça, *Luísa Calqueiro*.

Aviso de contumácia n.º 2062/2006 — AP. — O Dr. Eduardo Manuel P. Correia Lobo, juiz de direito do 4.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas de Lisboa, faz saber que no processo gracioso concessão liberdade condicional n.º 294/98.0TXLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido António Manuel dos Santos Freire, filho de Valdemar da Silva Freire e de Maria do Carmo dos Santos Galvão, natural de Portugal, Alvoco da Serra, Seia, nascido em 1 de Novembro de 1971, solteiro, com domicílio na Vasco Esteves de Baixo, Alvoco da Serra, Seia, o qual foi em 7 de Outubro de 2005, e nos termos dos artigos 476.º, 335.º, n.º 3 e 337.º, n.º 1 e n.º 3, do Código de Processo Penal, foi o arguido declarado contumaz. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

24 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Eduardo Manuel P. Correia Lobo*. — A Oficial de Justiça, *Luísa Calqueiro*.

Aviso de contumácia n.º 2063/2006 — AP. — O Dr. Eduardo Manuel P. Correia Lobo, juiz de direito do 4.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas de Lisboa, faz saber que no processo revogação saída precária prolongada n.º 1671/03.ITXLSB-A, pendente neste Tribunal contra o arguido Emanuel Vaz Vieira Rocha, natural de Cabo Verde, solteiro, profissão: outros operários, artífices e trabalhadores similares, com domicílio na Cabeça da Fonte, 15, Algueirão, Mem Martins, o qual foi por, transitado em julgado em, pela prática de um crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido no artigo 21.º, n.º 1, Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, tendo sido condenado na pena de seis anos de prisão, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

26 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Eduardo Manuel P. Correia Lobo*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Correia*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE EXECUÇÃO DAS PENAS DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 2064/2006 — AP. — A Dr.ª Lígia Moreira, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Execução das Penas do Porto: faz saber que no processo revogação saída precária prolongada n.º 3769/04.0TXPRT-A, pendente neste Tribunal contra o arguido Diamantino Monteiro Soares, filho de Brilhantino Soares e de Maria Augusta Monteiro, natural do Porto, Aldoar, Porto, de nacionalidade portuguesa, nascido em 2 de Janeiro de 1981, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12710651, com domicílio no E. P. de Santa Cruz do Bispo, por despacho de 18 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido recapturado.

21 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Lígia Moreira*. — O Oficial de Justiça, *José Manuel Sá*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DO BARREIRO

Aviso de contumácia n.º 2065/2006 — AP. — A Dr.ª Graça Madalena Carvalho, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Barreiro, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 623/95.8PBBRR, pendente neste Tribunal contra o arguido José Jorge Lopes Tavares, filho de Fernando Tavares e de Maria Lopes Marques da Silva, nascido em 2 de Julho de 1976, natural da freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, solteiro, profissão cozinheiro, titular do bilhete de identidade n.º 11524409, com domicílio na 152 Victory, Park Road, Hackney, E9 7jn, England, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 306.º, n.ºs 1 e 5 [em referência ao artigo 297.º, n.º 2, alínea h)], ambos do Código Penal/1982, à data dos factos e actualmente pelo artigo 210.º, n.º 1, do Código Penal, por despacho de 6 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido

6 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Graça Madalena Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Luís Ramalho*.

Aviso de contumácia n.º 2066/2006 — AP. — A Dr.ª Graça Madalena Carvalho, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Barreiro, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 211/98.7GABRR, pendente neste Tribunal contra o arguido Alexandre Jorge Ramos Alves, filho de Jorge Mercês Pinto Alves e de Ilda Flores Ramos Alves, natural da Guiné-Bissau, de nacionalidade portuguesa, nascido em 16 de Junho de 1970, casado (regime: desconhecido), titular do bilhete de identidade n.º 9482506, com domicílio na Rua Joaquim Almeida, 193, Porta 10, Montijo, 2860 Montijo, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 7 de Agosto de 1998, por despacho de 2 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência.

7 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Graça Madalena Carvalho*. — A Oficial de Justiça, *Lídia Maria Ventura Nunes*.

Aviso de contumácia n.º 2067/2006 — AP. — A Dr.ª Graça Madalena Carvalho, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Barreiro, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 177/95.5GABRR, pendente neste Tribunal contra o arguido Alberto Belmonte, filho de Alberto Belmonte e de Luísa Laura Avelino Cabral, natural de Moçambique, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Agosto de 1968, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 88262860, com domicílio na Rua 3, lote 23, 4.º-B, Cidade Sol, 2835 Santo António da Charneca, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, por despacho de 2 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência.

7 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Graça Madalena Carvalho*. — A Oficial de Justiça, *Lídia Maria Ventura Nunes*.

Aviso de contumácia n.º 2068/2006 — AP. — A Dr.ª Graça Madalena Carvalho, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Barreiro, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 1131/01.5GABRR, pendente neste Tribunal contra o arguido José Carlos Fernandes, filho e José Luís Pacheco e de Vitória Joana dos Santos Fernandes, natural de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 10 de Novembro de 1978, com domicílio na Urbanização Palmeira, lote 22, 3.º, esquerdo, Moita, 2860 Moita, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física por negligência (em outras circunstâncias), praticado em 5 de Outubro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 2 de Dezembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal.

A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

12 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Graça Madalena Carvalho*. — A Oficial de Justiça, *Lídia Maria Ventura Nunes*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE CASCAIS

Aviso de contumácia n.º 2069/2006 — AP. — A Dr.ª Georgina Almeida Costa, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 933/00.4GTCSC, pendente neste Tribunal contra o arguido João José Torres Ahrens Teixeira, filho de Henrique Ahrens Teixeira e de Maria Luísa Freire Torres Ahrens Teixeira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Julho de 1949, casado, titular da identificação fiscal n.º 153288060, titular do bilhete de identidade n.º 361444, com domicílio na Avenida Eng. Azevedo Coutinho, 11, Bloco 2-A/1ª, Condomínio Colina Parque, 2750 Cascais, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, praticado em 29 de Dezembro de 2000, por despacho de 13 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

14 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Georgina Almeida Costa*. — A Oficial de Justiça, *Maria Antónia Rodrigues*.

Aviso de contumácia n.º 2070/2006 — AP. — A Dr.ª Georgina Almeida Costa, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 779/97.5PECSC, pendente neste Tribunal contra o arguido Eduardo António Pinto da Silva, filho de António Costa da Silva e de Maria José Sousa Pinto Silva, natural de Portugal, Montijo, Montijo, Montijo, de nacionalidade portuguesa, nascido em 22 de Outubro de 1967, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 8631037, com domicílio na Rua das Caravelas, 282 (ex. lote 8), 1.º-C, Bairro da Torre, 2750 Cascais, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 29 de Setembro de 1997, por despacho de 5 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação em juízo do arguido.

14 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Georgina Almeida Costa*. — O Oficial de Justiça, *Nuno Sá*.

Aviso de contumácia n.º 2071/2006 — AP. — A Dr.ª Georgina Almeida Costa, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 775/03.5PCSC, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel Orlando Jacinto Rodrigues Pais, filho de Manuel Orlando Rodrigues Pais e de Amanda Jacinta Lopes Jesus, natural de Cascais, Cascais, de nacionalidade portuguesa, nascido em 6 de Agosto de 1987, solteiro, com domicílio na Rua Paulo Falcão, 64, 2775 Parede, por se encontrar acusado da prática de um crime, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Dezembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta

declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

19 de Dezembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Georgina Almeida Costa*. — A Oficial de Justiça, *Maria Antónia Rodrigues*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE CASCAIS

Aviso de contumácia n.º 2072/2006 — AP. — O Dr. Vasco Pinhão de Freitas, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 471/01.8PECSC, pendente neste Tribunal contra o arguido António Filipe Saldanha Quadros Pereira Coelho, filho de António Pereira Coelho e de Liliana Augusta Gomes Saldanha Azevedo, nascido em 28 de Setembro de 1965, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 7360817, com domicílio na Praceta de Leiria, 5, 2.º direito, Pai do Vento, 2750 Cascais, por se encontrar acusado da prática de um crime de ameaça, previsto e punido pelo artigo 153.º do Código Penal e de um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 25 de Maio de 2001, por despacho de 9 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

12 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Vasco Pinhão de Freitas*. — A Oficial de Justiça, *Ana Paula Falcão*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE CASCAIS

Aviso de contumácia n.º 2073/2006 — AP. — O Dr. Luís Agostinho, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, faz saber que no Processo comum (tribunal colectivo) n.º 197/97.5GACSC, pendente neste Tribunal contra o arguido Gracilino Pereira Furtado, filho de Vasco Rodrigues Furtado e de Maria Pereira, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 30 de Outubro de 1978, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11653380, com domicílio no E. P. da Policia Judiciária, Rua Gomes Freire, 174, Lisboa, 1169-007 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, (dois crimes), previsto e punido pelo artigo 204.º, n.º 2, alínea a), e 202.º, alínea b), e artigo 202.º, n.º 2, alíneas a) e e), e 202.º, alíneas b), d) e e), do Código Penal, praticado em 10 de Março de 1997, por despacho de 2 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

7 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Luís Agostinho*. — O Oficial de Justiça, *Luís Gonçalves*.

Aviso de contumácia n.º 2074/2006 — AP. — O Dr. Luís Agostinho, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, faz saber que neste Tribunal, correm uns autos de processo comum (tribunal singular) n.º 6469/04.7TBCSC, separados por força do disposto nos artigos 335.º, n.º 4 e 30.º, n.º 1, alínea d), ambos do Código de Processo Penal, do processo comum (tribunal singular) n.º 984/98.7PBCSC do 3.º Juízo Criminal de Cascais, onde foi declarado contumaz, desde 12 de Dezembro de 2005, o arguido Frederico Fernando Ribas Santos Oliveira, filho de Adriano dos Santos Oliveira e de Hermínia Ribas dos Santos Oliveira, natural de Angola, de nacionalidade portuguesa, nascido em 30 de Agosto de 1947, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7731880, com domicílio na Estrada de São Silvestre, 18, Fagulhos, Beselga, 2300 Tomar, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 205.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 1 de Fevereiro de 1998, por despacho de 12 de Dezembro de 2005, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

12 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Luís Agostinho*. — A Oficial de Justiça, *Ana Cristina Correia*.